



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002824-75.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **SINDICATO DOS TRABALHADORES TECNICOS ADMINSTRATIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - SINTUFSCAR,**
 Requerido: **VALÉRIA MARQUI CAVALHEIRO**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

SINDICATO DOS TRABALHADORES TECNICOS ADMINISTRATIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - SINTUFSCAR ajuizou a presente **Ação de Cobrança** em face de **VALÉRIA MARQUI CAVALHEIRO**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o autor, em síntese, que é credor da quantia atualizada de R\$ 18.565,04, referente a mensalidades dos planos de saúde – Unimed - e odontológico – Uniodonto - que não chegaram a ser compensadas na conta corrente da requerida por falta de fundos. Pede a procedência da ação e a condenação da requerida no pagamento do valor acima pontuado.

A inicial veio instruída com os documentos.

Devidamente citada, a requerida não apresentou defesa, ficando reconhecida em estado de contumácia (fls. 124 e 125).

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

1002824-75.2014.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A pretensão é procedente, cabendo a condenação do postulado consoante exposto a fls. 132, "in fine".

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Com o silêncio a requerida confessou a dívida especificada em avença escrita ordenada sob o aspecto formal, que segue a fls. 100 e ss.

Nela, o valor foi (suavemente) parcelado, restando a pagar a metade do total assumido.

Impõe-se, apenas, o expurgo do percentual do valor incluído à título de honorários advocatícios, que cabe ao juízo arbitrar e custas processuais.

Assim, o valor devido pela requerida alcança a monta de R\$ 15.105,00 (quinze mil cento e cinco reais).

* * *

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC**, o pedido inicial para o fim de **CONDENAR a requerida, VALÉRIA MARQUI CAVALHEIRO, a pagar ao autor, SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - SINTUFSCAR, a quantia de R\$ 15.105,00** (quinze mil cento e cinco reais), com correção monetária a contar do cálculo de fls. 132, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sucumbente, arcará ainda a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios no importe de 10% sobre o valor da condenação.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P. R. I.

São Carlos, 07 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**